

Exercendo Protagonismo
Regional: A Política Externa
Brasileira salvaguardando
a independência e a
consolidação do Estado
surinamês (1975-1985)

Exercising Regional
Protagonism: The Brazilian
Foreign Policy safeguarding
the independence and
consolidation of the
Surinamese State (1975-
1985)

Iuri Cavlak¹



Resumo: O Brasil concretizou suas relações com o Suriname no início dos anos 1970, fruto da expansão da política externa brasileira naquela fase do regime militar. Relação que aumentou seu grau de importância a partir de 1975, com a separação política do Suriname frente à Holanda e com o golpe militar de 1980, que suscitaram na diplomacia brasileira o papel chave de barganhar ajuda econômica e política em troca do afastamento surinamês do ideário socialista e da presença de Cuba. Neste artigo, analisam-se os despachos, recém-disponibilizados para consulta, que os ministros das relações exteriores apresentaram aos respectivos generais presidentes, com o objetivo de refletir sobre a presença brasileira nos anos decisivos da história surinamesa. A hipótese é a de que, para além do contexto do governo instaurado em fevereiro de 1980, o Brasil desempenhou anteriormente e seguiu desempenhando posteriormente o papel de fiador e legitimador do Estado surinamês. **Palavras-chave:** História; Diplomacia; Política Externa; Suriname; Caribe.

Abstract: Brazil concretized relations with Suriname in the early 1970s, as a result of the expansion of our foreign policy in that stage of the military regime. A relationship that increased in importance since 1975, with the political separation of Suriname from the Netherlands, and the military coup of 1980, which provoked in Brazilian diplomacy the key role of exchanging economic and political aid by removal of socialist ideology and the presence of Cuba. In this article, I analyze the dispatches recently made available for consultation that the foreign ministers presented to their respective presidential generals, with the purpose of reflecting on the Brazilian presence in the decisive years of Surinamese history. My hypothesis is that, in addition to the context of the government established in February 1980, which has already been relatively well studied in historiography, Brazil has previously played a role as guarantor and legitimizer of the Surinamese State. **Keywords:** History; Diplomacy; Foreign Policy; Suriname; Caribbean.



Introdução

O Suriname tem uma relação muito particular com o Brasil, para além de este país ser sua maior fronteira terrestre e economia vizinha. Com o golpe militar de fevereiro de 1980, apenas pouco mais de quatro anos após a independência da Holanda, a política externa brasileira exerceu um papel fundamental na sua história.

Com efeito, o que se seguiu ao golpe foi uma rápida esquerdização do regime comandado pelo coronel Desi Bouterse. Os partidos de inclinação marxista e os sindicatos de inspiração socialista entraram na estrutura de governo, que passou a proferir discursos de combate a corrupção juntamente com a pregação de reformas profundas na economia e na política, no sentido de efetivar o controle estatal e a distribuição de renda.

A retórica revolucionária se juntou ao terceiro mundismo em política externa, com apoio maciço de Cuba e questionamentos ao sistema internacional. Na região, naquele momento, havia movimentos e regimes políticos assemelhados, como os sandinistas na Nicarágua, o Movimento de Libertação Nacional, em El Salvador, a liderança de Maurice Bishop, em Granada, e o governo socialista/cooperativista na Guiana, o que levantou sérias preocupações no comando militar brasileiro e na administração Reagan, nos Estados Unidos.

A execução de quinze opositores, em dezembro de 1982, somada às práticas econômicas e políticas, isolou ainda mais o governo surinamês dos países ocidentais, com a quebra das relações diplomáticas com a Holanda. Os Estados Unidos cogitaram seriamente de realizar uma invasão militar para a deposição de Bouterse e a instalação de um governo aliado, ação evitada ao fim e ao cabo pela diplomacia brasileira, que fechou acordo com os norte-americanos e os holandeses e influiu com maior vigor na política surinamesa. Em troca do afastamento de Cuba e dos partidos socialistas, o Brasil ofereceu auxílio econômico e apoio político, levando efetivamente ao fim a experiência esquerdista de Bouterse sem a necessidade de rupturas institucionais.

Ocorre que esse contexto, a meu juízo, se encontra razoavelmente investigado por historiadores e cientistas políticos brasileiros, com destaque para os estudos de Moniz Bandeira (2003), João Nackle Urt (2010), Carlos Frederico Avila (2011), Paulo Correa (2016) e Iuri Cavlak (2016). O objetivo deste artigo é analisar em pormenor o contexto anterior, os anos 1970, e imediatamente o contexto posterior, sobretudo 1984, levando-se em consideração, obviamente, aos anos quentes entre essas duas balizas cronológicas.



Para tanto, foram investigados os documentos que se encontram no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE), em Brasília, com destaque para os registros recém-disponibilizados aos consulentes. Tratam-se das comunicações diretas entre o Ministro das Relações Exteriores e o Presidente da República, relatórios com descrições, reflexões e diretrizes para tomadas de decisão de política externa. Entende-se que esse corpo documental ajuda a reconstituir com maior acuidade o objeto, desvelando facetas pouco conhecidas até o momento, na ausência, inclusive, de outros tipos de fontes sobre um país pouco conhecido da universidade brasileira.

Quando da consulta a esses registros, por volta de 2018 e 2019, os mesmos não se encontravam em catálogo ou com análises e descrições prévias. Os funcionários do AMRE apresentaram como uma massa documental que naquele momento estava sendo tratada, descrita e direcionada para um acervo mais estruturado e funcional. Cabe aqui um reconhecimento a gentileza e seriedade dos responsáveis pelo AMRE, que entenderam a importância científica da investigação e a necessidade de precisão das informações no cotejamento com as fontes primárias.

O objetivo é demonstrar que a importância da diplomacia brasileira para o Suriname já se configurou nos anos 1970, sobretudo por conta da política externa adotada naquela etapa do regime militar, permanecendo durante e após o contexto efervescente dos anos 1980-1983. Em 1984, por exemplo, o governo brasileiro seguiu apoiando o regime de Bouterse, enquanto a Embaixada brasileira na Holanda manteve conversações com grupos políticos de opositores exilados. Esses últimos pensavam em utilizar da influência brasileira para retornarem ao poder. Estados Unidos e Holanda, por outro lado, confiavam ao Brasil o papel de estabilizador do regime.

A primeira metade dos anos 1970: configurações inaugurais

Embora ainda formalmente ligado à Holanda, o Suriname passou a desfrutar de certo grau de independência, enquanto estado associado ao reino dos países baixos, a partir de 1954. No final daquela década, o Caribe britânico tentou a constituição da Federação das Índias Ocidentais, experiência fracassada que teve sequência na fragmentação de pequenos países independentes na região.

Com os movimentos de descolonização na África e na Ásia, outras colônias na região também foram questionadas, e no Suriname essa questão culminou em novembro de 1975 com a independência total.



Naquele momento, os Estados Unidos detinham relativamente pouca inserção na vida política e econômica do Suriname, entendido como uma zona de influencia holandesa, assim como a vizinha Guiana Francesa, na órbita absoluta da França. O Departamento de Estado direcionava suas energias muito mais para Cuba, Jamaica e Trinidad e Tobago, no Caribe, e Nicarágua e El Salvador na América Central.

O Brasil desenvolveu nos anos 1960 a chamada Política Externa Independente, abertura para vários polos de poder internacional, buscando superar a dicotomia encerrada na Guerra Fria. Embora prejudicada com o golpe civil militar de 1964, essa tradição foi retomada no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com o país encontrando novos mercados internacionais para seus produtos e parceiros estratégicos (CERVO; BUENO, 2002).

No governo de Emilio Garrastazu Médici, de acordo com Vizontini (1998), desenvolveu-se a *diplomacia do interesse nacional*, com o mecanismo, importante para o propósito deste artigo, de expansão política e comercial para os países do entorno, multiplicação de práticas diplomáticas que se traduziram em acordos e diretrizes em alguns casos inéditos (VIZENTINI, 1998). O Tratado de Cooperação Amazônica, firmado em 1978, foi um importante instrumento para a integração surinamesa na órbita brasileira.

No ano de 1971, em relação ao Suriname, o Itamaraty se mostrou preocupado com o movimento “Black power”, tido como articulado com o movimento dos “Panteras negras” nos EUA e com certa vertente do pensamento marxista, além da ligação com os grupos que lutavam pela independência de seus países na África. O chanceler brasileiro de então, Mario Gibson Barbosa, sublinhou que o primeiro-ministro surinamês era negro, tendo como grande adversário o partido hindu, de origem indiana, denotando assim uma sociedade fraturada etnicamente. Dito isso, constatava-se que o movimento “Black power” era forte:

A organização local do “Black Power” mantém estreito contacto (sic) com os movimentos da extrema esquerda surinamesa, o OLAS – maoísta – e o “Centro Marxista Leninista do Suriname (Marxistisch-Leninistisch Centrum Surinam), os quais concertaram em conjunto, em novembro de 1970, manifestações de rua que degeneraram em vários conflitos. Consta, igualmente, que o Ministro do Planejamento, Essed, uma das mais influentes personalidades do governo, seria simpatizante do pan-africanismo



e manteria contactos (sic) com representantes do “Black Power”. Já em 1970 as autoridades locais mostravam-se preocupadas com as atividades desenvolvidas no país pelo “Black Power” – mais provavelmente os “Panteras Negras” -, que estariam utilizando representantes seus no Suriname como elementos de ligação para seus contactos (sic) inclusive de viagens, com a China popular.²

Seguia a nomeação de vários militantes importantes que teriam participado, em setembro de 1970, da “Conferência dos Povos Africanos”, ocorrida em Atlanta, nos EUA.

Em novembro de 1971, o chanceler brasileiro fez uma importante escala de visitas em Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname, respectivamente. Teve encontros com os presidentes, primeiros-ministros, chanceleres, enfim, representantes dos mais altos escalões desses Estados. Em relação ao Suriname, foi dito que sua economia era “próspera”, mas que o Brasil necessitava de maior participação nela. O impedimento, até então, era a falta de estrutura para os transportes. Nessa missão diplomática, o ministro viabilizou a compra pelo Suriname de carne brasileira, bem como a venda de maquinaria para fabricação de asfaltos, com apoio da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).

Após as conversações com as mais altas autoridades do país, foi emitido um comunicado conjunto, no qual, entre outros pontos, se deliberou a criação de um grupo técnico informal em cada uma das duas Partes, para o estudo de questões econômicas de interesse comum, aí incluídas as de transporte.³

O acordado previa reuniões mensais alternadas, em Paramaribo e Brasília.

Até 1975, essa comissão mista jamais se reuniu na prática. Foi uma das queixas de Azeredo da Silveira, chanceler a partir de 1974 que, cerca de um ano antes da independência do Suriname, escreveu importante ofício para o presidente Geisel. Nele, o chanceler indicava ter recebido informações, do próprio corpo diplomático surinamês, da vontade deste último de estreitar vínculos com o Brasil a partir do desligamento político com a Holanda. A tendência seria, na sua visão pessoal, de que o jovem país fizesse um movimento em direção à América do Sul e Caribe, até para buscar maiores afirmações internacionais. Na ocasião, a Venezuela mantinha um “[...] dinâmico Consulado Geral em



Paramaribo, o qual conta com o concurso de um dos maiores centros culturais venezuelanos da América Latina”.⁴ Ou seja, a ideia era não só preencher um eventual vácuo deixado pela retirada holandesa, mas também contrabalançar a excessiva presença de Caracas. Para isso, o Brasil parecia contar com a simpatia da metrópole holandesa:

A não oposição da Holanda ao nascente processo de aproximação entre Brasil e Suriname, como o indica a atribuição ao Primeiro Ministro do Suriname da Chefia da Delegação Real dos Reinos dos Países Baixos à posse de Vossa Excelência na Presidência da República, bem como a recente gestão oficial do Embaixador do Reino dos Países Baixos nesta capital, no sentido de manifestar interesse em que o Brasil intensifique seu relacionamento com o novo Estado e apoie sua futura candidatura à Organização dos Estados Americanos.⁵

As sugestões do chanceler, no sentido de o Brasil estreitar relações com o Suriname, eram pela retomada do grupo de trabalho de 1971, concessão de créditos para a compra de manufaturas brasileiras e convite ao Primeiro Ministro, Henk Arron, para uma visita oficial.⁶

O assunto se revestiu de maior importância por conta de um informe produzido pela Chefia do Estado Maior das Forças Armadas, em 11 de julho de 1975, dando conta da “provável existência de urânio em áreas da Faixa de Fronteira, próximas principalmente, à República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa”.⁷ Com isso, o Itamaraty vaticinava pela aceleração da ocupação populacional, da construção de estradas e do aumento da dotação orçamentária, tendo em vista incrementos na proteção dessa fronteira.

Por ordem do presidente Geisel, a Repartição Consular no Suriname foi elevada a Consulado Geral, na expectativa de se transformar em breve em Embaixada. O grupo de trabalho finalmente se reuniu em Brasília, aprofundando a aproximação meses antes da independência, programada para o dia 25 de novembro de 1975. Azeredo da Silveira aconselhou o envio de um ministro de Estado à cerimônia de independência e de um navio de guerra, sendo esse último um pedido da diplomacia de Paramaribo.⁸ A meu juízo, uma tentativa de demonstrar ao entorno que o governo neófito, caso ameaçado militarmente, poderia contar com auxílio brasileiro nesse campo.

No dia da independência do Suriname, o Brasil abriu sua embaixada, a



primeira do recém-criado país.

O Suriname independente

No dia 22 de junho de 1976 visitou o Brasil o chefe de Estado do Suriname. Nos preparativos, havia uma série de acordos da maior importância para a diplomacia surinamesa: Assinatura do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e Acordo para a Criação de uma comissão mista para a inspeção de fronteira:

Por sua importância política, o Tratado de Amizade, Cooperação e Comercio é, sem dúvida, o de maior repercussão. Trata-se de um acordo quadro, em cujo âmbito se pautarão as iniciativas conjuntas a serem empreendidas, com vistas a propiciar efetiva cooperação entre os dois países. Os outros acordos estabelecem os mecanismos operativos, destinados a estimular a cooperação científica, técnica e cultural entre os dois países, bem como a inspeção e caracterização da fronteira Brasil-Suriname.⁹

O artigo terceiro do Tratado de Amizade rezava:

Fica instituída a Comissão Mista Brasil-Suriname que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes, com ênfase nos seguintes campos :a) os projetos econômicos relevantes para as relações bilaterais; b) o intercâmbio comercial e as medidas para assegurar seu incremento e diversificação; c) o aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicações entre os dois países; d) a cooperação técnica e o intercâmbio científico e tecnológico.¹⁰

O acordo de cooperação técnica estipulava, por sua vez:

Para os fins do presente Acordo, a cooperação técnica e científica entre os dois países poderá assumir as seguintes formas: a) realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisas e/ou desenvolvimento; b) elaboração de programas de estágio para treinamento profissional; c) criação e operação de instituições



de pesquisa laboratórios ou centros de aperfeiçoamento; d) organização de seminários e conferências; e) prestação de serviços de consultoria; f) intercâmbio de informações científicas e tecnológicas [...].¹¹

Um adendo sobre cooperação cultural versava sobre a necessidade de aproximação nesse sentido:

Cada Parte contratante se compromete a promover o intercâmbio cultural no seu mais amplo sentido entre os dois povos, dando apoio e facilidades, de acordo com as leis e regulamentos vigentes em seu território às instituições consagradas ao ensino da língua, literatura e cultura da outra Parte, assim como ao estudo, pesquisa e à difusão das ciências, letras e artes do outro país [...] Cada Parte Contratante estimulará em seu respectivo território a realização de exposições artísticas, técnicas e científicas, a apresentação de peças teatrais e de concertos e de festivais de cinema e outras iniciativas culturais organizados pela outra Parte [...].¹²

Seguia, por fim, o acordo sobre a fronteira, que basicamente se caracterizava pela reivindicação brasileira de acompanhamento dos marcos já colocados e estabelecimento de outros, de modo a incrementar o controle do Estado. A chamada “fronteira seca”, já que pouco povoada, havia sido estabelecida por acordos entre o Brasil e a Holanda em 1906; e demarcada efetivamente entre 1935 e 1938. O governo brasileiro entendia ser necessária uma atualização dos marcos, respeitando o consentimento atingido nesses acordos.

Embalado com as tratativas, o Itamaraty sugeriu ao presidente que um grupo significativo de diplomatas e políticos representasse o Brasil nos festejos do primeiro aniversário de independência, a ser comemorado em fins de novembro de 1976. Além de embaixadores de carreira, nomes de políticos e militares foram ventilados para a viagem, como Jarbas Passarinho, então senador pelo partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) do Pará, e o general Newton Ciro Braga, então secretário-geral do Ministério dos Transportes.¹³

Como desdobramento desse protocolo de assertiva aproximação, seguiu-se a articulação brasileira para a inclusão do Suriname no Tratado Amazônico, a primeira instituição internacional de caráter regional que o país participaria:

A inclusão do Suriname no esquema proposto —embora esse



país, fisicamente, não faça parte da Bacia Amazônica—atenderia, a meu ver, aos propósitos mais amplos de integração continental e ajustar-se-ia a conceituação de bacia como “unidade adequada para programas de desenvolvimento e integração física”, tão necessária e diretamente ligados a uma área de drenagem hidrográfica. Nesse entendimento, o Tratado estaria aberto à participação da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname.¹⁴

As justificativas para a inclusão do Suriname seguiam:

Embora, fisicamente, o Suriname não faça parte da Bacia Amazônica, sua inclusão no esquema proposto pareceria politicamente conveniente ao Brasil e ajustar-se-ia, outrossim, à conceituação territorial de “bacia” dada pelo Governo brasileiro, para fins de desenvolvimento integrado. Sob o primeiro aspecto, a inclusão do Suriname contribuiria para colocá-lo em órbita política favorável a nossos interesses e fortaleceria nossa influência no extremo norte do Continente, com reflexos provavelmente positivos para o posicionamento brasileiro na área do Caribe.¹⁵

Uma aproximação crucial para os turbulentos anos que o Suriname viveria num futuro próximo.

O contexto do golpe militar

Na ocasião do golpe militar, assim foram transmitidas as primeiras informações para o Ministério de Relações Exteriores (MRE), repassadas ao presidente Figueiredo. Dizia-se que em torno de 800 homens, suboficiais e soldados das forças armadas, atacaram quartéis e a sede da polícia em Paramaribo, prendendo os chefes e criando um Conselho Nacional Militar (CNM), em substituição ao presidente, primeiro-ministro, ministérios e parlamento. Dez pessoas teriam morrido do lado do governo, e nenhuma baixa registrada do lado dos insurrectos.

O motivo divulgado pelo Conselho foi a proibição de funcionamento do sindicato de oficiais e praças, que vinha na esteira da criação de vários outros sindicatos naquele período. Três militares líderes sindicais haviam sido presos,



e, na tentativa de libertá-los, o movimento teria então se desenvolvido com a tomada do aparelho de Estado como um todo. Toque de recolher, censura aos jornais e rádios e prisão dos principais ministros foram efetuadas. O primeiro-ministro Henck Arron teria paradeiro desconhecido, segundo rumores fora do país. Por outro lado, o presidente Johan Ferrier se mantinha no cargo, com a responsabilidade de realizar a transição entre o antigo e o novo governo. A comunicação diplomática brasileira apontava nesse sentido:

Personalidades vinculadas ao movimento vitorioso reiteraram à Embaixada do Brasil em Paramaribo os compromissos assumidos no Comunicado do Conselho, assegurando que será respeitada a autoridade do Presidente Ferrier e formado um Governo civil, a fim de manter a Constituição e a democracia interna.¹⁶

Talvez se possa detectar uma boa vontade da diplomacia brasileira com os revoltosos por conta da imediata satisfação dada por eles ao Itamaraty. A Embaixada brasileira, nesse sentido, era a mais antiga do Suriname, recebendo tanto pedido de ajuda das autoridades depostas quanto das novas. Citando um líder do movimento militar, dizia o Ministro: “As novas autoridades desejam ‘continuar o relacionamento fraternal existente com o Brasil’”.¹⁷

Na verdade, imediatamente após o movimento militar ser deflagrado, o presidente Ferrier acionou seu embaixador em Washington, avisando aos norte-americanos do acontecido e demandando a eles que entabulassem conversas com o Brasil e depois com a Organização dos Estados Americanos (OEA), de sorte a forjar alguma condenação aos militares insurgentes. Internamente, nos dias seguintes, Ferrier parece ter chegado a algum tipo de acordo com eles:

Posteriormente, contudo, o Presidente parece ter-se reconciliado com a ideia de colaborar com a fórmula de transição para um Governo Civil, através do atual Conselho Nacional Militar. Com efeito, no dia 27 o Presidente Ferrier telefonou ao Embaixador Nestor Santos Lima, que é o Decano do Corpo Diplomático, a fim de notificá-lo- e, por seu intermédio, as demais Embaixadas, de que, com a detenção de alguns Ministros e o desaparecimento dos demais, estava “efetivamente terminado” o Governo Arron. O presidente, que parecia tranquilo, afirmou ao nosso Embaixador que estava sendo informado de cada medida tomada pelos detentores do Poder. Por outro lado, importa frisar que os militares



revoltosos preocuparam-se **em manter o Governo brasileiro inteirado de todos os acontecimentos e dos objetivos de sua ação, tendo enviado sucessivos emissários para conversar com o nosso Embaixador, com propósitos nitidamente tranquilizadores.**¹⁸ (grifo meu).

Na visão brasileira, a permanência do presidente caracterizava continuidade institucional, dispensando qualquer tipo de movimento da OEA.

Com efeito, em 3 de março corrente, o Presidente Ferrier recebeu os chefes do movimento revoltoso, que assinalaram os esforços do Conselho Nacional Militar em manter, sempre que possível, seus atos dentro dos **limites** da Constituição do país, e declararam estarem todas essas ações orientadas pelo interesse e bem-estar do povo surinamense. Nesse encontro, foi acordado que: a) um novo Governo será formado no mais breve prazo, para dirigir o país nos termos da Constituição; b) tomar-se-ão medidas adequadas para que as diretrizes estabelecidas pelo Governo, em coordenação com o CNM, possam ser devidamente implementadas; c) as Forças Armadas e a polícia ficarão sob controle do CNM; d) serão estudadas possíveis reformas da Constituição, a serem oportunamente apresentadas ao povo surinamense (não se especificou a forma de tais consultas populares); e) as eleições gerais previstas para 27 de março corrente ficam adiadas, para data a ser estabelecida.¹⁹

O ministro asseverou não existir nenhum indício de “participação estrangeira” por trás do movimento militar. É que, na verdade, era o Brasil acusado por outras nações de estar manipulando o novo governo, boato obviamente negado pelo Itamaraty.

Em um ofício de setembro de 1980, João Figueiredo foi informado pelo MRE:

A posição brasileira quanto aos acontecimentos no Suriname pode ser assim resumida: (a) temos expectativa de que o Governo alcance níveis de estabilidade e retome a tradição democrática; nossa postura é (sic) de rigorosa não-intervenção nos assuntos internos do Suriname; (b) vemos como objetivo o desejo das autoridades de continuar a manter laços com o Brasil, e, estaremos



dispostos, a encontrar fórmulas de cooperação e de apoio à presença de empresas brasileiras naquele país; (c) consideramos que prevaleça a tendência de que não haja interferência externa nos assuntos surinamenses.²⁰

Em 24 de outubro de 1980, oito meses após o acontecido, reuniram-se em Belém os ministros das relações exteriores dos países participantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na primeira reunião nesse escopo. O Suriname participou, demonstrando sua integração a esse grupo político dirigido pelo Brasil.²¹

Impulsionado pela radicalização que a região passava, Saraiva Guerreiro organizou um giro de diplomatas brasileiros para colher informações de alguns países importantes, no intuito de fortalecer laços políticos e comerciais e, ao mesmo tempo, controlá-los de alguma forma. Além dos militares surinameses, que caminhavam cada vez mais à esquerda, havia o avanço sandinista na Nicarágua, o marxismo em Granada, a Frente de Libertação Nacional em El Salvador e o socialismo cooperativista na Guiana, além de Cuba. O ministro chamou o contexto de “multiplicação de focos de instabilidade”.

Objetivos: Estimular nossas missões na área e comparar informações e impressões dos diversos postos; dar mostra de interesse aos Governos dos países visitados, sem tomar engagements; formar, no retorno, Grupo de Trabalho para analisar e avaliar os elementos que houver colhido, juntamente com as informações das missões permanentes e de outras fontes. Contatos: Além de reunir-se com os diplomatas brasileiros lotados na área, as missões deverão entrevistar-se com pessoas politicamente representativas dos países a serem visitados, sobretudo quando possível, nos seguintes setores: Ministério das Relações Exteriores, meios acadêmicos, jornalismo e personalidades ligadas aos Governos (Executivo e Legislativo). Após cautelosas sondagens, caso não criassem qualquer inconveniente para as autoridades locais, os contatos poderiam estender-se setores das oposições e da Igreja (nos países de formação latina). Áreas de investigação: As missões concentrar-se-ão na obtenção de informações de natureza política, ocupando-se, ainda, dos aspectos mais relevantes em matéria econômica.²²

Essa diretriz sugeria um novo patamar de avanço diplomático brasileiro



na região, antevendo, obviamente, resistência de países que também possuíam interesses no entorno, para além dos próprios ali localizados.

O envio dessas missões ao Caribe e América Central tem repercussão no plano de nossas relações com a Venezuela, com o México, com a Guiana e Suriname e, indiretamente, com Cuba e EUA.²³

Venezuela e México eram fortes protagonistas econômicos e políticos, embora sem o poder de expansão que detinha o Brasil. Cuba aparecia como exportadora de revoluções e apoiadora incontestada de movimentos e regimes de esquerda, o que desagradava sobremaneira o Brasil. Os Estados Unidos, por seu lado, embora desejasse uma paz social no Caribe, não se sentiam à vontade com a projeção brasileira, e o ministro temia retaliações nesse sentido vindas de Washington:

Com relação à Guiana e ao Suriname, países limítrofes, e, conseqüentemente, de especial interesse político para o Brasil, é minha opinião que devemos empreender especial esforço para atraí-los para o cenário sul-americano, o qual, apesar de todas as suas limitações, apresenta condições de estabilidade político-ideológica nitidamente superiores à conjuntura centro-americana e caribenha. Para tanto, determinei aos setores competentes do Itamaraty que preparem um “projeto de trabalho” com vistas a reforçar a presença brasileira nesses dois países. Naturalmente, tais “projetos” deverão merecer esquema próprio de financiamento (que pode ter dimensões relativamente modestas), tendo em vista que as receitas orçamentárias do Itamaraty já se encontram comprometidas. Parece clara a alta prioridade que se deve dar ao esforço político do Brasil na Guiana e no Suriname.²⁴

Sobre os Estados Unidos, uma significativa observação:

Finalmente, é útil registrar que o reforço de posições brasileiras em toda essa área terá alguma repercussão sobre os interesses dos EUA e de Cuba. A instabilidade regional, embora tenha causas estruturais endógenas, revela também o declínio da hegemonia norte-americana e da atual dificuldade política de Washington



de exercer sua tradicional função de “gendarme” na América Central e no Caribe. O incremento da presença do Brasil na região será bem visto, num primeiro momento, por Washington. Mais adiante, por outro lado, poderão surgir problemas de vez que a presença brasileira não se faria sob o mesmo signo imperial que caracteriza os norte-americanos nem nos engajaríamos substancialmente.²⁵

No início de 1981, Saraiva Guerreiro cogitou com o presidente uma série de iniciativas que poderiam aproximar ainda mais o país com o Suriname. Começava pela área militar, com a possibilidades de cursos para as forças armadas surinamesas, bancadas pelo Brasil, no Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar, em Belém; treinamento de pilotos; e a venda de seis aviões Xavante, solicitada pelo governo de Paramaribo. Na questão do desenvolvimento científico, havia mais amplitude na agenda:

Assinatura de Ajuste Complementar a Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica nos campos da ciência tecnologia entre o CNPq e a Universidade do Suriname. Prevê o referido ajuste, em fase final de negociação, os seguintes mecanismos de cooperação: - Intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e professores, tendo como objetivo a pesquisa, a formação de quadros de cientistas, consultas e trocas de experiências; Realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica com vistas à solução de problemas de interesse recíproco, Intercâmbio de informação científica e tecnológica; Organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios de interesse comum; - Intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos programas e projetos aprovados conjuntamente; - Qualquer outra modalidade convencionada pelas Partes em instrumentos complementares, dentro de suas respectivas atribuições legais. Para esses programas seriam necessários recursos da ordem de CRC 1 milhão, anualmente.²⁶

Na esteira disso, também um programa robusto de ensino da língua portuguesa em Paramaribo, com escolas (Centro de Estudos Brasileiros) e professores formados no Brasil.

Saraiva Guerreiro informou que já havia projetos em andamento, como a instalação de uma rede de telecomunicações, na fase de estudos através de um consórcio de empresas estrangeiras instaladas no Brasil, como a Ericsson. Já



teriam ocorrido reuniões a respeito, faltando pouco para a implementação. Para alavancar a produção de bauxita e a capacidade de gerar energia elétrica, estavam no Suriname representantes da empreiteira Andrade Gutiérrez pensando inicialmente na construção de uma usina hidrelétrica em Kabelebo, com capacidade inicial de 500 kW.

Finamente, a sequência da BR-156, ligação rodoviária entre Macapá e Oiapoque, que poderia ser expandida até Caiena, capital da Guiana Francesa, e daí até Paramaribo, totalizando um eixo de ligação das três guianas com o Brasil.²⁷ Naquele momento, o Brasil vendia para o Suriname propano, barras de ferro e aço, tratores, plásticos, refrigeradores, televisores e fogões. Do Suriname vinham bauxita, madeira e arroz.

Significados e desdobramentos do golpe militar

O golpe militar ocorreu em 25 de fevereiro de 1980, tendo como mote principal o combate à corrupção da classe política tradicional. Como verificou-se na documentação diplomática brasileira, o estopim circunstancial teria sido a negativa de legalização de um sindicato de suboficiais e soldados do Exército, com a subsequente prisão de seus líderes. Para João Urt, o golpe teria sido atípico, “nem reacionário, nem revolucionário” (URT, 2010, p. 77).

A política surinamesa até então estava formatada como uma continuidade dos tempos coloniais, com os mesmos quadros de antes de 1975 dominando o cenário. A economia era pouco diversificada, e a migração em grande número para a Holanda dava a tônica na questão da expectativa de vida e trabalho. As principais trocas comerciais envolviam este país, que havia emprestado grandes somas financeiras para os primeiros anos de independência, oficialmente um “aperto de mão dourado”, na gíria popular, “algemas douradas”, pois mantinha o Suriname na órbita de Haia.

Com o passar do tempo, Bouterse foi encontrando nos setores de esquerda novas ideias e uma prática política legitimadora, contrapondo-se a esse passado recente de conservadorismo. Mesmo dentro das forças armadas havia quadros de esquerda, que aos poucos foram galgando posições: “Alguns sargentos – especialmente Badresein Sital – afirmaram que o golpe deveria ser considerado, na verdade, como o início de uma revolução social e política no país” (AVILA, 2011, p. 8). Em agosto de 1980, Bouterse destituiu o presidente Johan Ferrier, fechou o parlamento e suspendeu a constituição.

No primeiro aniversário do novo governo, rebatizado na ocasião de



“revolucionário”, delegados cubanos estiveram em Paramaribo prestigiando o evento. Partidos como a União Progressista dos Trabalhadores Pobres (PALU) e o Partido Revolucionário do Povo (RVP) tornaram-se importante na estrutura estatal, enquanto os partidos tradicionais, grande parte de inspiração religiosa, perderam espaço progressivamente (CAVLAK, 2016, p. 142). Na metade de 1981, foi lançado o “Manifesto da Revolução”, vazado em termos de mobilização e consciência popular para as reformas necessárias. No final desse mesmo ano, na inauguração do “Gabinete Revolucionário”, diplomatas cubanos, nicaraguenses e de Granada participaram das cerimônias, juntos com representantes salvadorenos da Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (JANSSEN, 2011, p. 64).

Em janeiro de 1982, o governo brasileiro iniciou uma participação mais assertiva nesse processo político, com a visita de três dias do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro a Paramaribo. Além de ter reafirmada, por parte de Bouterse, a amizade indelével do Suriname em relação ao Brasil, recebeu pedidos de auxílio econômico e militar, dentro das linhas de cooperação já existentes. Em maio, o líder surinamês foi a Havana em visita oficial. De Fidel Castro recebeu promessas de ajuda política, sendo despachados para o Suriname vários conselheiros sindicais e especialistas em organização popular.

Cuba, cercada por governos liberais autoritários e asfixiada pelo embargo econômico estadunidense, perspectivava qualquer novo país que se dispusesse minimamente com Washington enquanto um aliado em potencial. Com a administração Bouterse não foi diferente, uma válvula de escape possível tanto econômica quanto politicamente. Embora não tenha tido contato com fontes que confirme isso, minha impressão é a de que se disponibilizou treinamento militar na ilha para vários militares surinameses, que igualmente receberam especialistas cubanos em seu território, de sorte a estreitar posições e reconhecer o terreno mutuamente.

Em setembro de 1982, Bouterse veio a Brasília conferenciar com João Batista Figueiredo, reafirmando a aproximação diplomática entre ambos. Um mês depois, o famoso líder marxista de Granada, Maurice Bishop, participou de várias atividades importantes em Paramaribo. Nessa esteira, em dezembro, o governo prendeu e fuzilou 15 membros influentes da oposição, de famílias tradicionais que se opunham aos rumos do regime. Esse evento foi uma espécie de “ponto de não retorno”, gerando de imediato protestos internacionais, rompimento de relações com a Holanda e, internamente, afastamento do governo das classes altas.



Em janeiro de 1983, frente à gravidade da situação, o governo brasileiro montou uma estratégia de atração vigorosa do governo surinamês para a sua zona de influência, contrabalançando o giro à esquerda do mesmo. Saraiva Guerreiro, após longas discussões com Figueiredo, deslocou Luiz Felipe Lampreia para a Embaixada em Paramaribo com a missão de trabalhar numa aliança nesse sentido. Em Brasília, o governo holandês sinalizou sua preocupação com os rumos do Suriname, enquanto os norte-americanos, de acordo com Moniz Bandeira, projetaram uma invasão militar pura e simples (BANDEIRA, 2003, p. 458). Os últimos foram dissuadidos pelas autoridades brasileiras, que prometeram estabilizar a situação surinamesa, de alguma maneira controlando seu líder.

Assim, também o general Danilo Venturini, chefe da Casa Militar, viajou para Paramaribo, acertando uma série de medidas de auxílio e ajuda econômica e bélica, além de apoio político nos órgãos internacionais. Ficou bastante conhecida nos meios diplomáticos como “a missão Venturini”. Em outubro do mesmo ano, o governo sacramentou sua guinada à direita com drásticas medidas de austeridade, limitação de atuação dos partidos populares e sindicatos e expulsão do pessoal cubano. Uma missão do FMI foi convidada para negociar, enquanto líderes e civis militares de esquerda seguiram em direção ao exílio.

As greves de 1984 e nova conjuntura política

No final de 1983, o governo Figueiredo se mostrou extremamente preocupado com o governo Bouterse. Mesmo após a “solução brasileira”, o país vivia um ambiente efervescente, com movimentos questionando as novas diretrizes do poder. Em 19 de dezembro de 1983, quatro mil operários da Companhia de Alumínio do Suriname (SURALCO), subsidiária da ALCOA, empresa norte-americana, entraram em greve. As consequências foram amplas na medida em que a empresa controlava também parte da produção de energia elétrica. Assim, a capital Paramaribo ficou às escuras. O descontentamento advinha das medidas de austeridade anunciadas para o ano de 1984. Posteriormente, a própria Companhia de Eletricidade do Suriname entrou em greve, o que virtualmente paralisou o país. Todo o ministério comandado por Errol Alibux, que também era o ministro das relações exteriores, veio abaixo. A situação era grave, avizinando agudos conflitos:

A posição dos Estados Unidos: o Governo norte-americano,



diante da situação, determinou a volta do Embaixador Robert Duemling, em férias, a Paramaribo, para expressar a preocupação dos Estados Unidos com o curso dos eventos ligados à greve e com a segurança dos cidadãos norte-americanos no Suriname. Paralelamente, em Brasília, o Embaixador Diego Asêncio, em 30 de dezembro e 19 de janeiro, comunicou ao Ministério das Relações Exteriores as preocupações do seu Governo com as consequências da greve e o possível uso da força em sua solução e pediu a colaboração brasileira para um plano de contingência, em elaboração no Departamento de Estado, para a possível evacuação de cidadãos norte-americanos do Suriname, caso a situação se deteriorasse.²⁸

Os Estados Unidos reconheciam que o protagonismo no Suriname era todo do Brasil, do ponto de vista das relações internacionais. Por isso, através de seu embaixador, solicitou ao Itamaraty que transmitisse a Bouterse a necessidade de paz social, evitando radicalismos e resolvendo o mais rápido possível a questão com os grevistas.

Interessante que, no exílio na Holanda, a principal organização de oposição a Bouterse, o chamado “Conselho para a Libertação do Suriname”, mantinha contado igualmente com a diplomacia brasileira. Através dela, pediram para divulgar o seguinte manifesto:

O Conselho para a Libertação do Suriname chama a atenção de vosso Governo para o fato de que uma grande massa de trabalhadores, no Suriname, entrou hoje na terceira semana da greve em forte protesto contra a arbitrária política econômica-financeira do ditatorial regime do Suriname. O substancial aumento de impostos e outras medidas governamentais visam a aumentar a renda do Estado, mesmo as custas do povo. Por outro lado, o Governo continua a gastar largas somas dos fundos do país para comprar armas e aumentar o Exército e as milícias populares, a fim de incrementar a repressão contra o povo. Constitui séria preocupação do Conselho para a Libertação do Suriname o fato de que os militares possam, mais uma vez, reagir tão duramente quanto o fizeram em dezembro de 1982, quando 15 pessoas de orientação democrática foram assassinadas. Desse modo, chamamos a atenção de vosso Governo para usar sua influência em favor do oprimido povo surinamense. Dr. Henk R. Chin A Sen.



Presidente do Conselho para a Libertação do Suriname.²⁹

É sintomático que o governo brasileiro, através de seu aparelho diplomático, fosse escolhido como porta voz da mensagem, nesse contexto das greves que estavam parando o país e derrubando ministérios. O ministro brasileiro desaconselhou a manutenção do contato com esse grupo, o que poderia ser interpretado como efetivo apoio a ele pelo governo de Bouterse. Por outro lado, evidenciava-se a estratégia brasileira de interlocução tanto com a situação quanto com as oposições, para manter seu protagonismo mesmo numa eventual troca de grupos no poder. Não foi possível apurar se o manifesto chegou ao Suriname por outros meios.

O desdobramento da greve foi a acentuação de uma crise política de amplas proporções. Outros setores engrossaram o movimento, e o exército foi chamado para reestabelecer o trabalho no setor da SURALCO, responsável pela geração de eletricidade.

Assim cogitou Saraiva Guerreiro:

No plano das negociações, a situação é de impasse. Pode-se notar claramente a falta de capacidade para o diálogo e a perda de autoridade do Governo no trato com os grevistas. Ao mesmo tempo, começam a surgir rumores de dissensões no âmbito das Forças Armadas, frente principal do suporte político de Bouterse, baseados na decisão, tomada pelo Chefe da unidade militar enviada ao local da greve, de retirar as tropas do terreno da empresa. Paralelamente, Bouterse se vê em meio a dificuldades para formar nova equipe ministerial. No meio empresarial, no qual pensou recorrer a fim de compor Gabinete técnico, de orientação moderada, tem encontrado meramente interlocutores, mas não colaboradores, o que se explica pelo receio dos empresários locais de se comprometerem pela adesão precipitada a um Governo de estabilidade ameaçada e de autoridade contestada.³⁰

A situação imediata era de deterioração econômica e contestação nas ruas. O ministro chamou a atenção para o fato de as oposições, sobretudo aquelas exiladas na Holanda, fomentarem, através de suas ligações internas, a queda do regime político, sendo então mister ao Itamaraty redobrar atenção no sentido dessa possibilidade.

O balanço final resultante dessa crise, feito pelo Itamaraty, era preocupante.



Embora tenha conseguido montar um novo ministério, moderado, e acabado com o movimento grevista, Bouterse havia cedido em vários pontos, como afrouxamento da austeridade anunciada e renúncia ao Conselho Político Nacional, órgão que lhe dava formalmente um poder acima das autoridades eleitas. Por outro lado, flertava, novamente, com o radicalismo de esquerda, que parecia ter terminado em outubro de 1983, com a expulsão completa do pessoal cubano:

Um dos episódios que parecem demonstrar a intenção de Bouterse de não abandonar seu projeto nacionalista e revolucionário para o Suriname e, portanto, de não descartar o apoio da extrema esquerda local, mantendo, simultaneamente, as portas abertas para uma eventual reversão do processo de “descubanização” que se seguiu à invasão de Granada em outubro de 1983, foi a volta a Paramaribo, no último dia 21 de fevereiro, do Badrisein Sittal. Filiado ao RVP (Partido Revolucionário do Povo), partido de esquerda que preconiza a adoção do modelo socialista cubano, Sittal havia sido demitido, em maio de 1983, do cargo de Ministro da Mobilização Popular e Juventude, havendo-se fixado, desde então, em Havana. Seu retorno ao Suriname pode ser um indício de que Bouterse, que havia marginalizado os dois principais partidos de esquerda- o RVP e o PALU (União Progressista dos Trabalhadores e Agricultores), este último uma corrente de esquerda nacionalista que advoga de forma mais incisiva a necessidade de intensificar as relações com o Brasil - na composição do Gabinete Udenhout, estar-se-ia mostrando propenso a estabelecer uma aliança com o RVP, cujo desenlace culminaria fatalmente no abandono da linha política moderada ora em curso e numa inevitável deterioração das relações entre a cúpula militar, de um lado, e a classe empresarial e os sindicatos, de outro.³¹

Alguns altos oficiais das forças armadas foram enviados como adidos militares ao estrangeiro, numa manobra, segundo o relatório, de não permitir outras lideranças naquele momento crítico, ao passo que uma importante liderança identificada com a esquerda retornava ao país.

O Suriname parecia estar colapsando frente às paralisações na economia, sobretudo na produção de alumínio, responsável então por 80% das exportações, aos débitos internacionais e a falta e capacidade de importação. As alternativas,



de acordo com a documentação em apreço, seriam reestabelecer relações comerciais com a Holanda, cortadas desde final de 1982, ou fazer empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), difíceis, uma vez que o Suriname não havia honrado as dívidas antigas:

Conquanto os critérios de condicionalidade exigidos pelo FMI para a concessão do referido empréstimo envolvam algumas metas (contenção efetiva do déficit do Governo, drástica desvalorização do florim surinamense, implementação de uma política racional de controle de importações) de difícil consecução, não parece restar a Bouterse outro recurso com vistas a evitar a desagregação do tecido social surinamense. A deterioração da situação econômica pode ter o efeito indesejável de conduzir Bouterse ao fechamento político e a tentar renovar sua aposta na extrema esquerda. Da mesma forma, a falta de uma base de sustentação mais sólida do Comandante na sociedade civil surinamense e as dissensões entre os diversos segmentos que compõem o Governo - fato realçado pelo ex-premiê Alibux em recente entrevista com o Embaixador do Brasil em Paramaribo - podem impeli-lo a lançar mão de soluções de força para superar o impasse político.³²

Na questão da política externa, o ministro destacou a concordância de alguns países, sobretudo dos Estados Unidos, na aproximação cada vez maior do Brasil, mediando assim a retomada de relações plenas com a Holanda. Porém, entre fevereiro e março, havia ocorrido uma invasão armada de grupos opositores advindos das fronteiras adjacentes da Guiana e do Suriname, gerando um grave incidente diplomático.

Embora os invasores tivessem sido imediatamente capturados ou mortos, o governo surinamês acusou cumplicidade dos vizinhos:

O Governo surinamense protestou energicamente junto aos governos da França e da Holanda, alegando sua suposta participação na fracassada manobra e acusando os norte-americanos de estarem, desde o início a par da conspiração; a França, de conivência por permitir, em seu departamento de ultramar, o desenvolvimento de atividades contrárias à manutenção da integridade territorial do Suriname; a Holanda, de omissão em face das ações do Conselho para a Libertação do Suriname, organização sediada nos Países Baixos e, ao que tudo



indica, uma das promotoras da tentativa de invasão.³³

Portanto um isolamento preocupante, que poderia sugerir novo chamado aos cubanos. A participação do Brasil havia sido importante:

Cumprе salientar que, por ocasião da suposta tentativa de invasão, o Suriname consultou o Governo brasileiro acerca da possibilidade de contar com nossa cooperação com vistas a auxiliá-lo a formar um quadro mais preciso e acurado dos acontecimentos. O Brasil dispôs-se a atender a referida solicitação, contando inclusive, nesse sentido, com os esclarecimentos prestados pelos governos da França e da República da Guiana através de seus embaixadores acreditados em Brasília.³⁴

E, na sequência, listava os antecedentes imediatos da linha diplomática desenvolvida:

a) assinatura de ata final da reunião sobre cooperação técnica no setor de telecomunicações e a inauguração do sistema de telefones da TELESUR, adquiridos à empresa brasileira DARUMA. O campo das telecomunicações afigura-se como um dos mais propícios à intensificação da cooperação com o Suriname, e o Ministro Haroldo Correa de Matos visitou Paramaribo nos dias 9, 10 e 11 de maio; b) na área militar, destacam-se a designação, junto à Embaixada em Paramaribo, do primeiro adido das Forças Armadas brasileiras, Tenente-Coronel Roberto Fonseca, assim como a aceitação, pelas autoridades surinamenses, de minuta de acordo para venda financiada de material de emprego militar da Engesa aquele país; c) assinatura da ata final da reunião sobre cooperação técnica no setor de energia e oferecimento, pelo Brasil, de financiamento para a elaboração do modelo energético surinamense; d) envio de diversas missões brasileiras de cooperação técnica ao Suriname.³⁵

A conclusão era de que somente o Brasil estava em posição de influir positivamente junto ao governo Bouterse, evitando qualquer desagrado desse governo em relação aos países vizinhos, e ao mesmo tempo auxiliar a solucionar o complicado cenário econômico e político.

Um antigo guarda-costas de Bouterse, também oficial do Exército, Ronnie



Brunswijk, logrou a organização de uma força militar paralela, chamada “Comando da Selva”. Recebendo ajuda dos exilados, e aparentemente do próprio governo holandês, instalou-se no interior do país, dando início, a partir de 1985, a uma guerra civil que duraria até o final daquela década. Novamente, Bouterse se manteve no poder, não obstante o cenário de destruição e pauperização ainda maior da nação.

No Brasil, a crise da dívida limitou seriamente a capacidade de investimento econômico nos países vizinhos, Suriname incluso. Com a passagem do governo aos civis, e posteriormente o fim da Guerra Fria, encerrou-se essa etapa importante das relações bilaterais entre Brasília e Paramaribo.

Considerações finais

Com a retomada de uma política externa mais independente e universalista, no início dos anos 1970, o Brasil iniciou uma aproximação significativa com o vizinho do extremo norte da América do Sul. No contexto de sua independência, em novembro de 1975, o regime militar brasileiro, junto com a Holanda e os Estados Unidos, se tornou a principal referência externa, cenário reforçado com a criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1978, e a inclusão do Suriname na organização.

O golpe militar de fevereiro de 1980, com seu movimento ulterior para a esquerda, esgarçou os laços de Paramaribo com Amsterdam e Washington, por um lado, e fortaleceu as ligações com Brasília, por outro. A Embaixada brasileira no Suriname exerceu um papel chave na exclusão da hegemonia cubana e no ideário socialista expresso por várias lideranças populares e militares que compunham o governo. Garantiu-se assim a continuidade do Estado e sua integração geográfica.

Sem embargo, as ações não foram suficientes para aplacar a crise econômica que se seguiu em 1984, nem a continuidade de agudos conflitos sociais, expressos nos anos subsequentes.

Através da documentação produzida pelo Ministério das Relações Exteriores e despachada com a presidência da república, foi possível reconstituir parte dessa história, refletindo sobre a construção da hegemonia brasileira no Suriname e, não menos importante, acessar informações a respeito de um país pouco conhecido pela historiografia até o momento. A grande imprensa brasileira, entre os anos 1980-1985, em suas seções dirigidas aos assuntos de política internacional do continente, via de regra não se aprofundou no assunto



aqui em tela. Em uma rápida consulta que fiz ao acervo dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, detectei várias reportagens sobre a questão da guerra das Malvinas, revolução nicaraguense e salvadorenha e as guerrilhas na Colômbia e no Peru, por exemplo. Pouco material sobre o Suriname.

A região do platô das Guianas, com universidades e centros de pesquisas cada vez mais estruturados e em parceria constante, se mostra um *locus* de estudo criativo e necessário para entendermos de maneira mais completa a história das relações internacionais no extremo norte da América do Sul.

Referências

AVILA, Carlos Frederico. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 54, p. 7-28, 2011.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CAVLAK, Iuri. **Breve História do Suriname**. Macapá; Rio de Janeiro: Editora da UNIFAP; Autografia, 2016.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da Unb, 2002.

CORREA, Paulo. A Construção das Instituições Militares no Suriname Pós Independência. In: ZIRKER, Daniel e MATHIAS, Suzeley (org.). **Militares e democracia: estudos sobre a identidade militar**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

JANSSEN, Roger. **In Search Of Path: An analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991**. Amsterdam: KITLV Press, 2011.

URT, Joao Nackle. A Lógica da Construção da Confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 53, p. 70-87, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.



Fontes

BRASIL. Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Brasília. Despachos e Ofícios dos Ministros das Relações Exteriores com a Presidência da República (1968-1990). Brasília: MRE.

Notas

¹Professor de Teoria da História da Unifesp.

²Confidencial. “Informação para o Senhor Presidente da República”. O “Black Power”. 14 dez. 1971.

³Confidencial. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores a Trinidad e Tobago, Guiana e Suriname. 22 nov. 1971. (À lápis, encontra-se escrito no início do documento “a presente informação, por decisão do Sr. ME, não chegou a ser entregue ao Sr. PR. O assunto já fora objeto de ampla informação verbal no despacho de 16/nov”).

⁴Confidencial. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Independência do Suriname. Relações Brasil – Suriname. 22 jan. 1975.

⁵*Idem, ibidem.*

⁶*Idem, ibidem.*

⁷Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República”. Fronteiras do Brasil com a República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Set. 1975.

⁸Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República”. Independência do Suriname. 30 set. 1975.

⁹Confidencial. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Visita do Primeiro Ministro do Suriname. Celebração de Atos Internacionais. 11 jun. 1976.

¹⁰*Idem, ibidem.*

¹¹*Idem, ibidem.*

¹²*Idem, ibidem.*

¹³Confidencial – Urgentíssimo. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Comemorações do Primeiro Aniversário de Independência do Suriname. 16 nov. 1976.

¹⁴“Informação para o Senhor Presidente da República”. Institucionalização do processo político amazônico. Tratado da Bacia Amazônica. 26 jan. 1977.

¹⁵“Informação para o Senhor Presidente da República”. Institucionalização do processo político regional amazônico. 13 fev. 1977.

¹⁶Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República. “Suriname. Movimento Militar”. 7 mar. 1980.

¹⁷*Idem, ibidem.*

¹⁸*Idem, ibidem.*

¹⁹*Idem, ibidem.*

²⁰Ministério das Relações Exteriores. “Suriname”. Doc. N. 106. 17 set. 1980.

²¹“Informação para o Senhor Presidente da República”. Tratado de Cooperação Amazônica. I Reunião de Chanceleres. s/d.

²²Secreto. “Informação para o Senhor Presidente da República”. América Central e Caribe. Envio de Missões Informativas. 27 out. 1980.

²³*Idem, ibidem.*

²⁴*Idem, ibidem.*

²⁵*Idem, ibidem.*

²⁶Secreto. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Guiana e Suriname. Cooperação com o Brasil. 23 abr. 1981.

²⁷*Idem, ibidem.*

²⁸Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República”. Suriname. Conjuntura Interna. Greves. 9 jan. 1984.

²⁹Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República”. Suriname. Conjuntura Interna. Greve. Mensagem do Conselho Para a Libertação do Suriname. 18 jan. 1984.

³⁰Confidencial. “Informação para o Senhor Presidente da República”. Suriname. Conjuntura Interna. Greve. 23 jan. 1984.

³¹Confidencial. “Informação ao Senhor Presidente da República”. Suriname. Conjuntura Interna, política externa e relações com o Brasil. 3 maio 1984.

³²*Idem, ibidem.*

³³*Idem, ibidem.*

³⁴*dem, ibidem.*

³⁵*Idem, ibidem.*